

MILITÂNCIA SINDICAL AFIRMATIVA E DECOLONIAL PARA AUTO- FORMAÇÃO DOCENTE

JOSIANE NAZARÉ PEÇANHA DE SOUZA (1)

Resumo

O presente artigo apresentará o processo de consolidação de uma militância sindical antirracista, decolonial, interseccional, dentro de um sindicato dos profissionais da Educação Pública, entre os anos de dois mil e quinze e dois mil e dezoito. Apresentaremos a construção de uma militância sindical cada vez mais atuante, em relação à luta pela implementação das ações afirmativas e na discussão interseccional, junto às redes públicas de nossa cidade, estadual e municipal, através da articulação do Coletivo de Combate às Opressões. O processo de consolidação da discussão e materialização da luta antirracista, decolonial, (CLAUDIA; RIASCOS, 2016), pois potencializadora para a construção de práticos insurgentes, dando visibilidade a outras epistemologias, articulando as ações afirmativas, que obrigam o ensino da história e cultura afrobrasileira, africana e indígena e que levaram a construção de uma auto-formação organizada pelos próprios profissionais da Educação.

Palavras-chave: *militância sindical afirmativa; interseccional; Decolonial; auto-formação.*

Resumen

Este artículo presentará el proceso de consolidación de una militancia sindical antirracista, descolonial e interseccional dentro de una Unión de profesionales de la educación pública, entre los años 2015 y 2018. Presentaremos la construcción de una militancia sindical cada vez más activa, en relación con la lucha por la aplicación de acciones afirmativas y en la discusión interseccional, junto con las redes públicas de nuestra ciudad, estado y municipio, a través de la articulación de Opciones colectivas de combate. El proceso de consolidación de la discusión y materialización del antirracista, decolonial, (CLAUDIA; RIASCOS, 2016), porque potencializa la construcción de la praxis insurgente, dando visibilidad a otras epistemologías, articulando acciones afirmativas, que obliga a la enseñanza de la historia y la cultura afrobrasileña, africana e indígena, lo que condujo a la construcción de un yo organizado por los propios profesionales de la educación.

Palabras clave: *militancia sindicalista afirmativa – descolonial – auto formación*

Abstract

This article will present the process of consolidating an anti-racist, decolonial, intersectional union militancy within a union of public education professionals, between the years 2015 and 2018. We will present the construction of an increasingly active union militancy, in relation to the struggle for the implementation of affirmative actions and in intersectional discussion, together with the public networks of our city, state and municipal, through the articulation of Collective combat oppressions. The process of consolidating the discussion and materialization of the anti-racist, decolonial, (CLAUDIA; Riascos, 2016), because it potentializes the construction of insurgent praxis, giving visibility to other epistemologies, articulating affirmative actions, which obligate the teaching of Afro-Brazilian, African and indigenous history and culture, which led to the construction of a self organized by the education professionals themselves.

Keywords: *affirmative-intersectional unionistic; militancy; decolonial; self*

(1) Dirigente do SEPE-Niterói, professora e pedagoga da Educação Básica, formada pela UFF; especialista em Educação em Direitos Humanos, Diversidade e questões raciais e sociais pela Universidade Cândido Mendes e Mestra em ensino de História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Membro da ABPN e GPMC-UFRRJ); Eliane Souza Peçanha (Professora de Geografia formada pela UFF; dirigente do SEPE-Central/Regional 1

“A gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha dentre outras, mas tornar-se NEGRA é uma conquista.” (Lélia Gonzalez)

INTRODUÇÃO: panoramas gerais das lutas:

O presente artigo (1) tem como premissa mostrar como foi pensado o projeto chamado de sindical, pensando na direção colegiada entre os anos de dois mil e quinze e dois mil e dezoito, a partir da necessidade, de consolidar a discussão de uma militância sindical mais atuante em relação à implementação das ações afirmativas, junto às redes públicas de nossa cidade, estadual e municipal. A construção do conceito de militância sindical afirmativa, antirracista. Reconhecendo que da década de 90 até os anos de 2007, o SEPE-CENTRAL (2) iniciou a militância, no sentido de reafirmar a importância das ações afirmativas na educação pública da rede estadual. Preocupando-se com a formação continuada dos profissionais da educação nesse sentido, principalmente os professores de História, conforme nos conta Oliveira (2012, p. 178). No entanto, focalizaremos essa discussão em nosso núcleo de Niterói, visto que também, não há documentado ações anteriores as nossas, inclusive neste estudo citado acima.

Alguns militantes e profissionais da Educação, nas gestões anteriores do SEPE-NITERÓI (3), discutiam algumas vezes sobre essa necessidade, de travar uma luta mais aprofundada em relação ao combate ao racismo, (também ao machismo e

(1) Link para acesso: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/14536>

e https://www.researchgate.net/publication/334187061_Por_uma_militancia_sindical_afirmativa_antirracista_e_decolonial

(2) Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro – a central deste sindicato

(3) Sindicato dos Profissionais da Educação - Núcleo Niterói

lgbttqifobia), nas assembleias e outros espaços coletivos de construção de mobilizações e lutas. Mas ficava mais como um manifesto, através de falas e reivindicações orais. Havia ações e projetos educativos muito significativos desenvolvidos em algumas escolas, mas ainda isolados e não envolvendo vários profissionais da Educação, alunos e as algumas comunidades escolares que compõem ambas as redes de ensino.

Começou a se consolidar, em dois mil e quinze, a partir dos programas de chapa que compôs a direção colegiada anterior, no mês de setembro de dois mil e quinze, a importância de reafirmar aquilo que conceituo, como uma **militância sindical afirmativa, decolonial, antirracista, (anti-machista e anti-lgbttqifóbica), também interseccional** (4).

Uma militância capaz de potencializar e ouvir todos os profissionais da Educação interesse em conhecer, estudar e desenvolver práticas insurgentes outras, construtoras de outros currículos e metodologias, como ensino obrigatório da História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena, para combater o Racismo na Educação e na sociedade brasileira. Discutindo as formas de Racismo existentes em nosso país e capaz de denunciar o mito da Democracia Racial, num pensamento decolonial, de denúncia, mas também de mudança estrutural.

(4) Categoria instituída por Kimberlé Crenshaw que contribui para dar visibilidade a todas as características ou orientações outras que eram subalternizadas/marginalizadas nas práticas e discussões institucionais no escopo dos direitos humanos, aprofundando principalmente a discussão sobre discriminação racial de gênero.

Que busca através das ações/teorizações dos movimentos sociais, a valorização de epistemologias outras e combatentes das outras opressões interseccionais nos tempos e espaços educativos públicos. No entanto, focalizaremos a discussão sobre a luta racial.

Para localizarmos projetos que apresentam intersecções com o pensamento decolonial, é preciso considerar as iniciativas que foram pautadas na solidariedade e na cooperação, na subversão favorecida por práticas comunitárias e desobedientes. Por isso, qualquer proposta educacional terá que partir de uma escuta sensível (no sentido de rever as suas insuficiências em termos do que não conseguimos desnaturalizar a violência também epistêmica e que pode gerar proposições de estratégias) que nos levem a descolonizar nossos corpos e nossas práticas discursivas. (MIRANDA e RIASCOS, p. 570, 2016)

Além da decolonialidade de nossos discursos, inclusive nas Assembleias desenvolvidas, promovendo a mudança da compreensão sobre o mundo até então, a visão do grupo privilegiado, das relações socioculturais, políticas, econômicas e assim educacionais, aperfeiçoamos constantemente a luta mobilizadora constante construída em nosso sindicato. Num contexto brasileiro atual em que enfrentamos ataques severos aos direitos civis, políticos, econômicos e trabalhistas, que há muitos anos não se presenciava, com tamanha intensidade, em nosso país, desde os duros anos de chumbo da Ditadura Militar. Principalmente em relação a população negra, que se vê ameaçada em sofrer ainda mais racismos e exploração mais desigual e desumana de sua força de trabalho.

Fizemos essa luta sindical afirmativa, decolonial, acreditando fortemente na necessidade de articulação entre as categorias de raça-classe-gênero.

Visto que a riqueza construída em nosso país, foi conquistada graças a exploração escravizada, desumanizada e animalizada de trabalhadores negros e negras, indígena, subalternizados e animalizados em suas forças de trabalho.

Os negros e negras sequestrados ao longo de 300 anos foram desterritorializados de sua terra mater africana, expropriados de sua organização étnico-racial, de sua cultura, de sua organização política, social, econômica e espiritual, inclusive educacional. Mas que resistem e se reinventaram étnico-racialmente, através de inúmeras formas de lutas negras no decorrer da escravização, conforme nos contam historiadores como Amilcar Pereira (2012, 2013) e Carolina Vianna Dantas (2012, 2013).

Portanto, neste país/lugar em que a colonialidade do pensamento ainda rege, segmenta, disciplina e hierarquiza os corpos e mentes de trabalhadores e trabalhadoras negras, mulheres, indígenas e lgbtts, precisamos de sindicatos com militância afirmativa e interseccional. Capaz de articular as categorias de análise classe, raça e gênero, para darmos contas de analisarmos toda a complexa rede de exploração fomentada atualmente pelo sistema Capitalismo. Sistema este que gradua essa expropriação da força de trabalho, a medida que esses corpos e mentes representam mais ou menos diferenças e potências, em fomentar pensamentos e práxis desobedientes, principalmente epistemológicas.

Os marxistas negros aprofundando as categorias de análises de Karl Marx, potencializou uma nova discussão, de raça e

classe, quando Malcon-X afirmou, assim como percebeu Steve Biko, Ângela Davis e Abdias Nascimento, que “O capitalismo costumava ser como uma águia, mas agora se parece mais com um urubu, sugando o sangue dos povos. Não é possível haver capitalismo sem racismo” (SILVA, 2014).

No entanto, apesar de também considerarmos essas contribuições de marxistas negros, temos a necessidade urgente de nos alicerçar em outras categorias de reflexão, de análise e de construção de conhecimentos mais amplas. Que consigam responder as complexas realidades globais de acirramento de desigualdades socioeconômicas, políticas e culturais pautadas na marginalização e nos genocídios das diversidades étnico-raciais e de gênero de nossa complexa realidade brasileira. Portanto é necessário estabelecermos um paradigma mais desobediente.

Estamos presenciando inclusive reedições de práticas escravocratas, fruto da colonialidade que persiste ditando ideologicamente, a partir do sistema-mundo do branco europeu, os lugares dos outros, escolhidos dentro de constructo do sistema colonial, a lugares de subalternidades e animalizações para todos os não-brancos (CLAUDIA; RIASCOS, 2016). Percebemos o aumento no número de desempregados e da exploração do trabalho dos terceirizados, sendo a grande maioria constituída de trabalhadoras negras. Na zona rural, propõem o aumento dos anos e equiparação da contribuição previdenciária com os trabalhadores da cidade. E ainda há vários casos, de negros e negras atingidos pela escravização moderna, que quase foi legalmente restaurada, nesse mês de outubro

de dois mil e dezessete, nas regiões mais rurais de nosso país: com o Supremo Tribunal Federal permitindo que trabalhadores possam ser remunerados em troca de alimentos e casa. Realidade grave, com negras e negros sendo direta e concretamente afetados, num país com cerca de 54% de negros autodeclarados que seguem reféns e vítimas históricas, da exploração colonial. Que se reedita a cada década, sob a proteção do mito da Democracia Racial. Colonialidade pois desde o “pós-abolição”, como herança escravagista, que ideologicamente naturaliza a animalização/marginalização/exterminio do povo negro (índio) que segue praticamente intocada.

Para além disso, neste período, presenciamos em outros estados e também no Rio de Janeiro, como um dos desdobramentos dessa colonialidade, um grande ataque à Educação Pública. Especialmente na Rede Estadual de Ensino, quando o governo Luiz Fernando Pezão/Dornelles, através da SEEDUC (5), promoveu um verdadeiro desmonte da rede. Por meio de resoluções que inviabilizavam o trabalho do professor, reduzem drasticamente o número de escolas do ensino médio e por fim, extinguindo abruptamente o ensino fundamental na rede estadual. O que na prática significou o fechamento de mais de 600 escolas em todo estado do Rio de Janeiro. Lutamos ativamente contra os fechamentos, que impregnados por racismo institucional e ambiental, ocorreram em sua maioria, nas escolas de periferias urbanas e no interior do Estado, como exemplo o fechamento da EJA, voltado para o

(5) Secretaria do Educação do Estado do Rio de Janeiro.

atendimento de famílias periféricas, no Colégio Estadual Brigadeiro Castriotto. (6) Vivenciamos ainda o desmonte proposital da UERJ, FAETEC (7) e redes municipais de ensino, afetando principalmente os jovens negros, mulheres e a classe trabalhadora. Mais jovens fora da escola, aumento da violência, justificado assim o genocídio do povo negro. Que segue segregado inclusive em territórios amplamente desassistidos em termos de políticas públicas fundamentais para a sobrevivência e o bem viver.

Pensamos que a resistência se faz através da luta e que a luta se fortalece, quando há formação política, político-pedagógica, unidade e luta. Neste sentido, o COLETIVO de COMBATE às OPRESSÕES DO SEPE-NITERÓI constitui um grande passo para a unidade entre trabalhadores, estudantes e a sociedade em geral. Precisamos de uma luta sindical antirracista, decolonial e interseccional, que fortaleça a classe trabalhadora para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Que inclua aqueles que persistem marginalizados, que seguem como “os outros” numa colonialidade do poder, saber e ser.

(6) Esta escola estadual pública localiza-se no bairro do Fonseca, não município de Niterói, no estado do Rio de Janeiro. A Educação de Jovens e Adultos nesta escola, apesar de toda a mobilização realizada pelos profissionais e alunos deste turno, teve suas atividades encerradas. Vale ressaltar que a maioria dos alunos atendidos na época eram negros e negras, moradores das favelas do entorno e trabalhadores.

(7) Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC): instituição de ensino técnico pública brasileira vinculada à Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) do mesmo estado.

A colonialidade é o anti-verso da modernidade, que se assenta na inferiorização/dominação de todos os outros povos do mundo, frente a autoemancipação europeia, que ganha status de padrão universal. Passa a ser “universalidade-mundialidade”, o que se enquadra no modelo eurocêntrico, tudo aquilo que esteja de acordo com a compreensão de seu sistema-mundo. A modernidade assenta, através da violência colonial, a dominação sociopolítica, econômica e cultural europeia sobre todos os outros povos do mundo. Estabelecendo relações de violências e coerções, como as decorrentes dos processos de inferiorização e aniquilação dos *outros colonizados*, dos considerados periféricos, inclusive na construção dos conhecimentos. Imposições culturais que aqui foram também esculpidas no turbulento processo de escravização negra, fruto da colonialidade do poder, do saber e do ser (MIGNOLO, 2003). Essa colonialidade/modernidade também está presente nas relações estabelecidas entre a classe trabalhadora da Educação, em nosso país e são reproduzidas também dentro dos sindicatos.

Como lutamos para o desenvolvimento desse pensar/fazer novo sindical?

Se faz extremamente necessária e urgente, potencializar nos trabalhadores da Educação para que percebam que vivemos numa sociedade brasileira racista, excludente, opressora, patriarcal, machista, sexista e lgbtffóbica. Potencializando-os criticamente para a transformação social.

Procuramos potencializar esse olhar e esta ação educadora e mobilizadora ao consolidar inicialmente um grupo de trabalho (como tudo começou). Que foi capaz de planejar e construir metodologias, envolvendo sempre todos os profissionais da Educação que se identificam como negras, negros, indígenas, mulheres e lgbtts e apoiadores brancos, inclusive em suas outras interseccionalidades, com auto- formação, auto-determinação, auto-organização e mobilização.

Envolvemos neste processo, alunos e alunas de escolas públicas, assim como familiares. Envolvemos também militantes de movimentos sociais, pesquisadores e estudiosos, que possuem relação com nossas pautas de lutas, enfim, todos aqueles que lutam por uma escola pública mais igualitária e que prezam pela justiça social.

Além de atuarmos nos espaços deliberativos, como assembleias, reuniões de direção, plenárias, grupos de trabalho e outros.

Recorremos a outras metodologias: Rodas de Leitura, Aulas-passeio, Boletins informativos, Sarais, Debates e Cine-debates, Seminários, passeatas e outras mobilizações de forma periódica. Realizamos ainda Rodas de Estudos; Mostras de trabalhos, como já explicado; Encontros; Reuniões e audiências com a FME (8), Secretária de Educação; manifestos; abaixo-assinados e outras metodologias que surgirem, manifestações de rua sobre as pautas de luta antirracista, sexista e lgbttqifóbica que envolvam a cidade e o Estado do Rio de Janeiro.

(8) Fundação Municipal de Educação de Niterói e junto com a Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia de Niterói (SEMETC).

Nas mostras de trabalhos os profissionais apresentaram suas práxis insurgentes, antirracistas, feministas. Assim como realizamos mobilizações dentre outras metodologias, para potencializar o desenvolvimento, por parte dos profissionais da Educação e dos alunos envolvidos, olhares críticos e ações transformadoras, assim como contra-currículos, dentro da Educação Pública. Para desenvolverem práxis comprometidas por construir currículos e metodologias outras. Capazes de valorizar as memórias, a cultura e a História dos que são marginalizados em nossa sociedade. Nesta questão aqui abordada, das negras, negros e indígenas, das mulheres e dos lgbttqis (9). Para desenvolverem uma Educação decolonial. Conforme nos explicam abaixo:

Catherine Walsh (2008, p.45) define: uma proposta de pedagogia decolonial; uma possibilidade de pôr em cena o racismo, a desigualdade e a injustiça, de vislumbrar caminhos e práticas voltadas à transformação. Pensamos com a autora uma interculturalidade concebida como projeto social, político, ético e epistemológico. A decolonialidade, por sua vez, é no bojo a estratégia, a ação e o requisito (idem, ibidem). Na composição de um quadro teórico sobre os outros lugares discursivos advindos dos movimentos sociais, seriam esses os incrementos necessários para o relevo das disputas político-pedagógicas aqui em destaque. Processos decoloniais podem ser oportunidades de estabelecermos diálogos mais inter, menos hierárquicos nos projetos educativos, nas formas de pensarmos as políticas públicas e no modo de representarmos as políticas públicas e no modo de representarmos os outsiders negros, nos termos de Edward Said (1995). (MIRANDA, 2014, p. 1072).

O que também está em consonância com o que diz Hooks (2013):

(9) Significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer e Intersexuais. Há movimentos que incorporam ainda mais identidades de gênero nesta sigla.

Minhas práticas pedagógicas nasceram da interação entre as pedagogias anticolonialista, crítica e feminista, cada uma das quais ilumina as outras. Essa mistura complexa e única de múltiplas perspectivas tem sido um ponto de vista envolvente e poderoso a partir do qual trabalhar. Transpondo as fronteiras, ele possibilitou que eu imaginasse e efetivasse práticas pedagógicas que implicam diretamente a preocupação de questionar as parciais que reforçam os sistemas de dominação (como o racismo e o sexismo) e ao mesmo tempo proporcionam novas maneiras de dar aula a grupos diversificados de alunos (HOOKS, 2013, p. 20).

Também construímos discursos outros junto às assembleias, combatendo a lgbttqifobia, o preconceito de raça, materializado, por exemplo, no genocídio da população negra (inclusive discutindo sobre mortes de adolescentes e jovens assassinados nas comunidades e favelas da cidade, em ações da Polícia). Discutindo a discrepância política e econômica existente em relação ao mercado de trabalho. No que diz respeito às mulheres de maneira geral, principalmente às mulheres negras e lgbttqis, em comparação ao homem, branco e cisgênero, que é uma forte marca da sociedade patriarcal, racista, heteronormatizadora e opressora, em que vivemos. Portanto refletindo também sobre as interseccionalidades existentes nas discriminações de raça, dentro da categoria gênero, graduadas pelas tonalidades de peles negras. (CRENSHAW, 2002), proceso já este de auto-formação, pois desenvolvido pelos próprios profissionais em comunhão nos espaços de luta.

Ainda, com o renovar de pensamentos, discursos e de nossas ações, nas mobilizações ocorridas envolvendo a categoria de profissionais da Educação de ambas as redes de ensino, também na luta contra a emenda 98.

Esta emenda foi introduzida no Plano Municipal de Educação de Niterói, com finalidade de proibir a discussão em relação à gênero e diversidade, pelo Programa Escola Sem Partido (10). Programa que cerceia a pluralidade de pensamentos e concepções pedagógicas. Desrespeitando a cátedra dos professores e a Constituição Brasileira de 1988, assim como a LDB/96, dentre outras importantes leis nacionais e inclusive mundiais. Portanto a fim de combater o machismo, a lgbttqifobia que tem crescido em nossa cidade e na luta pela vida das mulheres, também participamos das Marchas das Mulheres Negras e das Mulheres (o #M8). No ano de 2018, com a abertura de um proceso junto ao Supremo Tribunal de Federal a emenda, felizmente foi derrubada graças a ação política e jurídica de um mandato de esquerda que apoiava nossas pautas.

Lutamos ativamente contra a implementação de ideologias como a "Escola com mordaza ou Sem Partido"; que também promove a crescente intolerância e racismo religioso, especialmente contra religiões de matrizes africanas, aumento do machismo e lgbttqifobia. Defendemos que quaisquer tipos de opressões devem ser combatidos, tanto no chão da escola, quanto em outros espaços de luta e resistência, como os sindicatos. Principalmente se for um sindicato que defende a Educação

(10) Criado em nosso país em 2004, o Programa Escola sem Partido ou apenas Escola Sem Partido é um movimento político divulgado em todo o país pelo seu mentor, o advogado Miguel Nagib. O advogado e seus apoiadores afirmam representar pais e estudantes contrários ao que chamam de "doutrinação ideológica comunista" nas escolas públicas e privadas de todo o país.

Também participamos na luta pela soltura de Rafael Braga, que se distingue pelo caso mais grave de racismo institucional e estrutural existente em nosso país.

Estamos lutando por uma Educação pública, antirracista, decolonial, que seja capaz de valorar conhecimentos e saberes negros e ameríndios, germinando a partir do respeito às raízes ancestrais uma Educação Intercultural: enquanto construção coletiva, diversa, democrática, pois dialógica e dialética. Que respalde a busca por um tempo de justiça social: tão reivindicada e perseguida por todos aquelas e aqueles que lutam.

Reivindicamos a auto-organização e a auto-determinação dos oprimidos: formato de militância que foi aprovado em vários momentos deliberativos e de luta. Pois somente assim, as ditas minorias majoritárias, alcançam o fortalecimento individual e coletivo necessário para a construção de uma nova sociedade e de uma nova Educação.

Frente a ineficiência dos governos junto aos interesses e necessidades populares, fruto de um projeto político e econômico, de ser mínimo em promover e garantir uma educação pública de qualidade social para todxs, vemos o sindicato também como um espaço legítimo de auto-formação dos profissionais da Educação, como explicamos até aqui, que envolve o desvelamento da realidade através do debate/diálogo frente a tudo que estamos vivenciado enquanto trabalhadores brasileiros. Além de desenvolvermos mostras de trabalho, rodas de conversa e seminários Novembros Negros,

como foi explicitado acima.

Mesmo assim realizamos reuniões com a Secretaria Municipal de Educação de Niterói para cobrar nossos direitos em termos uma Formação Continuada e aumento salarial, cobrando valorização profissional de forma mais ampla. Dentre outras metodologias, que foram também capazes de pressionar os governos para que cumprem a sua função política e social, junto aos servidores e da população. Mas também atuamos para valorizar o compromisso e o esforço profissional da categoria em construir a educação pública desejada, fortalecendo-a enquanto unidade e coletividade, estabelecendo-se também como espaço não formal de formação.

(...) Desde um abordagem decolonial de educação, interessa investigar outras fronteiras epistêmicas que nos coloquem para além dos muros das instituições do Estado. Espaços ditos "não formais" mudam de status quando aceitamos a relevância dessas ambiências de formação e autoformação. Sob esse ideário, adota-se eixos mais flexíveis para mediações interculturais, que se alinham ao pressuposto das pedagogias alternativas, emergentes, decoloniais, conforme nossa interpretação do quadro analítico defendido por Catherine Walsh (2013;2014). (MIRANDA e RIASCOS, p. 564, 2016)

Portanto a nossa sindical afirmativa visa dar organicidade a nossa luta, de negros e negras, mulheres e lgbttqis por reconhecimento, visibilidade, com respeito ao protagonismo, dando vez e voz, lutando pelos direitos trabalhistas, políticos, econômicos, culturais e civis. No que tange a questão racial também se expressam na luta e na garantia do ensino de nossa história, cultura e memória na Educação Pública de nossa cidade, tanto municipal, quanto estadual.

Entendendo a Educação como mola propulsora da transformação social, política e econômica no Brasil, capaz de construir uma sociedade que tenha de fato, uma democracia racial e de gênero.

A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quão longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam os negros, dos que inferiorizam as mulheres. (FREIRE, 1996, p.40)

4- Os Objetivos do Coletivo de Combate às Opressões:

Os objetivos principais que englobam a nossa Militância sindical afirmativa e interseccional consistem em: construir um grupo de trabalho (como tudo começou), formado por negras, negros, lgbtts e mulheres, com total autonomia e protagonismo. Numa perspectiva auto-organizativa, auto-determinante e de auto-formação. Entendendo a classe trabalhadora como força de trabalho, mas também atentos a questão que a grande maioria, são aqueles que passam por uma série de opressões, provenientes do Sistema Capitalista opressor, excludente, heteropatriarcal, racista, sexista e lgbttqifobico. Visto que as explorações capitalistas sobrecaem com mais intensidade sobre as ditas minorias majoritárias.

Estamos sempre desenvolvendo auto-formando profissionais da Educação (alunos e suas famílias que participam) a respeito da história e cultura afrobrasileira, africana e ameríndia, constituinte da memória, cultura e história da cidade de Niterói.

Proporcionando conhecimentos a respeito das histórias de resistências de negras, negros e indígenas. E potencializar resistências frente às desigualdades socioeconômicas políticas que recaem de modo genocida sobre pobres e/ou negros, descendentes de ameríndios, portanto o fortalecimento identitário dos mesmos se faz imprescindível.

Imprescindível para potencializar a esperança-ação na construção de uma nova sociedade brasileira, uma nova organização super e infraestrutural. E possibilitar a ressignificação dos currículos e metodologias escolares, em ambas as redes educacionais, através da valorização das ancestralidades indígenas e afrobrasileiras e africanas, em suas culturas e histórias outras e as múltiplas culturalidades. Também temos como objetivo potencializar a integração e parceria com Universidades, grupos de estudo, movimentos sociais, movimentos de mulheres, negros, indígenas, etc. Fazendo uma rede colaborativa de aprendizado, construção e reconstrução de conhecimentos com dialogicidade, criticidade e participação ativa, para envolver todos os profissionais da Educação. Proporcionando o embasamento necessário para que se possa construir e desenvolver práxis insurgentes, com outras epistemologias, no interior das escolas. Para fazer frente às ideologias como a Escola com Mordça, que possuem visões preconceituosas, homofóbicas, racistas, machistas. Já desenvolvemos sete eventos variados de auto-formações com a participação das universidades federais de Niterói e Rio de Janeiro, assim como a universidade estadual do Rio de Janeiro.

Conclusão: Que mudanças percebemos ou potencializamos?

Percebemos uma mudança de conscientização a partir dessas lutas que desenvolvemos através do Coletivo de Combate às Opressões. Paulatinamente, nesses três anos de atividades desenvolvidas junto aos profissionais da Educação e alunos, entendendo-os como intelectuais transformadores (GIROUX, 1997). Os envolvidos em todas as nossas lutas travadas, tem aumentado suas consciências em relação as suas importâncias históricas. Enquanto negras e negros, (mulheres e lgbttqis), com o fortalecimento de identidades e solidariedades de gêneros e raciais, se vendo como sujeitos críticos, ativos e transformadores na Educação e sociedade. Mas ainda temos muitos atores a alcançar.

Percebendo estas mudanças de consciência política, histórica e pedagógica muito também por oportunizarmos e potencializarmos, através da auto-organização e auto-determinação, a construção das formações político-pedagógicas por nós mesmos. Visto que uma das facetas da desvalorização profissional impetada pelos Governos é o não cumprimento da formação continuada, obrigada pela LDB/96. Além de sempre reivindicarmos junto aos Governos, estabelecemos parcerias entre as universidades e movimentos sociais para nos auto-formamos, como narramos acima.

formando profissionais da Educação (alunos e suas famílias que participam) a respeito da história e cultura afrobrasileira, africana e ameríndia, constituinte da memória, cultura e história da cidade de Niterói.

Percebeu-se neste período principalmente, um fortalecimento em relação aos seus pertencimentos negros e/ou individualidades ou interseccionalidades outras, quanto a sua corporeidade, historicidade, intelectualidade, importância política, cultural e em relação a memória e história, individual e principalmente coletiva. Potencializando a transformação e resistência coletiva nesta mesma realidade, de modo dialético e dialógico, enfrentando o racismo e denunciando o mito da democracia racial. Rumo a construção de uma nova Educação pública, uma nova sociedade brasileira e de um novo sistema, com um pensamento decolonial.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília, DF, 2004
- CAMPOS, Andreilino. Do Quilombo à Favela: a produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas. Los Angeles, Universidade da Califórnia. Ano 10, p. 171-188, 1º Semestre de 2002.
- DANTAS, Carolina Vianna. Racialização e mobilização negra nas primeiras décadas republicanas. In.: CADERNOS PENESB, Niterói, n. 12, 4ª ed., p. 135- 146, 2013.
- _____, ; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha (org.). O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 85-98.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz & Terra, 2004.
- _____. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996;
- GIROUX, Henry A. Os Professores como Intelectuais. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade (tradução de Marcelo Brandão Cipolla) – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2013.
- GONZALEZ, Lélia. ENTREVISTA À REVISTA SEAF, REPUBLICADA EM UAPÊ REVISTA DE CULTURA N.º 2 . "EM CANTOS DO BRASIL" A DEMOCRACIA RACIAL: UMA MILITÂNCIA. Acesso em: <http://www.geledes.org.br/livros-e-textos-de-lelia-gonzalez/>. Acesso em: 19 de abril de 2016.
- MIGNOLO, Walter. Histórias Globais projetos Locais. Colonialidade, saberes e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2003
- MIRANDA, Claudia; RIASCOS, Fanny Milena Quinões. Pedagogias Decoloniais e Interculturalidades: Desafios para uma Agenda Educacional Antirracista. Educação em Foco, Juiz de Fora, v. 21, n.3, p. 545-572, 2016.
- MIRANDA, Claudia. Afro-colombianidade e outras narrativas: a Educação Própria como agenda emergente. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v.19, n. 59, p. 1053-1076, 2014.
- OLIVEIRA, Luiz Fernandes. História da África e dos africanos na escola: Desafios políticos, epistemológicos e identitários para a formação dos professores de História. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012.
- PEREIRA, Amilcar Araújo. Por uma autêntica democracia racial? Os movimentos negros nas escolas e nos currículos da História. Revista História Hoje, v. 1, p. 111-128, 2012.
- SANTOS, N.S. Tornar-se negro. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- SILVA, João Bosco da. Malcom X e o "racismo do capitalismo". <https://www.geledes.org.br/malcolm-x-e-o-racismo-capitalismo/>. Acesso em: 15 de julho de 2018.
- WALSH, C. Interculturalidad y colonialidad del poder: un pensamiento y posicionamento outro desde la diferencia colonial. In: LINEA, A.; MIGNOLO. W.; WALSH, C. Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento. Buenos Aires: Educaciones del signo, P. 17-51, 2014.
- _____(org.) Pedagogías Decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. 1 ed., Ecuador: Abya Yala, v. 1, p. 15-18, 2013.
-